

Estados Unidos (Mexicanos) e a espiral de violência: uma breve crítica à noção de “Estado Falido”

United (Mexican) States and the spiral of violence: for a brief critique of the notion of "Failed State"

SIMONE GOMES¹

IGOR DANIEL PALHARES ACÁCIO²

Resumo: Neste artigo empreende-se uma breve crítica à noção de “Estado falido”, ilustrando seus limites ao enquadrar o do México nesse conceito. Faz-se isso por meio de uma análise do exemplo prático do tratamento internacional do México como tal: a Iniciativa Mérida. Finalmente, apresentamos uma breve análise de campo das repercussões sociais do massacre de Ayotzinapa (2014).

Palavras-chave: Estados Falidos, México, Iniciativa Mérida, Massacre de Ayotzinapa.

Abstract: This paper undertakes a brief criticism of the notion of "failed state", illustrating its limits with the inclusion Mexico in this framework. Such reflections are undertaken by a practical example of such reality: the Merida Initiative. We also present elements of fieldwork based analysis of societal repercussions of the massacre of Ayotzinapa (2014).

Keywords: Failed States, Mexico, Merida Initiative, Ayotzinapa Massacre.

Recebido em:
01 de Novembro de 2015

Received on:
November 01, 2015

Aceito em:
13 de Dezembro de 2015

Accepted on:
December 13, 2015

DOI: 10.12957/rmi.2015.19457

¹Doutoranda em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), **Endereço para correspondência:** Rua da Matriz, 82. Botafogo, Rio de Janeiro-RJ. CEP-22260-100. **Email:** sigomes@iesp.uerj.br

²Doutorando em Ciência Política pelo IESP-UERJ. É pesquisador visitante na Universidade da Califórnia, San Diego, com bolsa Capes-FulbrIght. **Email:** igoracacio@iesp.uerj.br

Introdução

O ponto de partida deste texto é o episódio ocorrido em setembro de 2014, conhecido como o massacre de Ayotzinapa, e o subsequente questionamento à capacidade estatal do México de conter a violência. Após o desaparecimento de 43 estudantes normalistas de uma escola rural no estado de Guerrero, vários atores - notadamente em círculos acadêmicos e políticos - indagaram se o México teria falhado em apresentar-se como um Estado. Para tanto, faz-se necessário assinalar que é a centralidade da violência que caracteriza os Estados, segundo o tipo ideal cunhado no século XIX: "a comunidade humana que dentro de um determinado território - esse "território" é traço distintivo - reivindica para si (com sucesso) o *monopólio do uso legítimo da força física e dos meios materiais de gestão*" (Weber 2013, p.434).

Nesse ínterim, tanto no âmbito da discussão retórica quanto nos questionamentos suscitados por parte da sociedade civil de países do Norte Global, encontra-se arraigada a noção de que o Estado mexicano seria um Estado falido (*Failed State*). O presente texto busca problematizar tal conceito a partir do caso mexicano, frequentemente descrito pela literatura

estadunidense como um Estado falido. O conceito abarca uma discussão sobre a capacidade estatal de concentrar a violência exclusivamente nas mãos de agentes estatais e problemas como alto índice de corrupção (Friedman, 2008).

Dessa forma, a partir de uma sociedade que interpela o Estado com base no repúdio de sua violência excessiva, ocasionada, em última instância, por opções políticas relativas à guerra às drogas intensificada no governo de Felipe Calderón (2006-2012), abordaremos um duplo movimento. Nesse, tanto a população vai às ruas questionar a habilidade estatal a partir de categorias como "violência do Estado" e "terrorismo estatal", quanto a literatura acadêmica politicamente orientada considera o México partícipe da categoria de Estados falidos.

O objetivo do artigo é, portanto, problematizar, através da utilização de elementos empíricos, o uso do conceito de Estado Falido, na medida em que esse não seria a melhor ferramenta para uma compreensão acurada do que ocorre no México, principalmente porquanto seus usos políticos não auxiliam um entendimento da capacidade - ou incapacidade - estatal. Isso, sobretudo, se deve ao fato de que um dos resultados práticos da lógica subsumida neste conceito (a Iniciativa

Mérida) se apresenta como um elemento causal na espiral de violência atual, colaborando para o crescimento do recurso à violência por parte do Estado.

Por uma crítica à noção de “Estado falido”

Para entendermos como se adotou amplamente o conceito de “Estado Falido”, nosso percurso pela teoria deve ser mais amplo. Nesse sentido, cabe recordar o corpo teórico formado pela Teoria da Modernização, cujo precursor é Seymour Lipset (1959), que preconizava que existiam condições necessárias para que os países se tornassem democráticos, mormente relacionadas ao aumento da renda per capita e à complexificação da sociedade decorrente deste fator estrutural. No pós-Guerra Fria, os analistas têm se dedicado ao estudo das fontes de tensão nos sistema internacional, nessa ordem global em “permanente transição”, muitas vezes embebidos dos mesmos pressupostos utilizados pela Teoria da Modernização.

Para Francis Fukuyama (2011), as características de um Estado moderno são: possuir força para atuar (significando o monopólio legítimo do uso da força da arrecadação), a existência de um *rule of law* e a *accountability* do governo a todos os cidadãos. Ficam subsumidas nesta e nas

outras obras deste autor (Fukuyama, 2005) e desta literatura inspirada na Teoria da Modernização, que a democracia de tipo liberal-representativa é, não somente a melhor, mas a única forma de organização de um Estado moderno. Decorre de tal axioma, a necessidade política de promover, mesmo que via intervenções internacionais - ou via cooperação internacional - este tipo de regime político, construindo-o a despeito das características históricas e heterogeneidade das sociedades existentes.

Nesse debate sobre os rumos da política internacional no pós-guerra fria insere-se o conceito de Estado Falido (*Failed State*), como preconizado por autores como Kaplan (2008) e Rotberg (2003). Sobre esse construto, Easterly e Freschi (2010) apresentam alguns de seus elementos, que incluem a presença de guerra civil, altas taxas de mortalidade infantil, níveis de PIB per capita em declínio, altas taxas de inflação, incapacidade de fornecer serviços básicos, enfraquecimento das políticas e instituições do Estado, corrupção, falta de *accountability*, ausência de garantia adequada da prestação de serviços de segurança e necessidades básicas para porções significativas da população, incapacidade de cobrar impostos, guerras e desastres naturais.

Se pensamos na defesa da inclusão do país nessa categoria, podemos argumentar que se observam nesse contexto alguns dos elementos supracitados, como um alto índice de corrupção; falta de *accountability* estatal; e uma percepção compartilhada por grande parte da população de que os serviços de segurança são deficientes (Gaona, 2008). No entanto, um ranking recente que apresenta os Estados Falidos, o México na posição 100, dentre 178 países, numa lista encabeçada pelo Sudão do Sul (FFP, 2015).

É necessário problematizar o conceito de Estado Falido (Easterly; Freschi, 2010). A nosso ver, trata-se de um conceito politicamente orientado e que vem sendo utilizada de forma a justificar a ampliação do investimento em ações do aparato repressivo do Estado, inclusive com o uso de contingente militar para a resolução de questões de segurança doméstica.

Assim, é também necessário considerar que tal noção, orientada pelo uso do tipo-ideal weberiano do monopólio legítimo da força, acaba assumindo contornos exagerados, uma vez que é atribuída a países tão distintos como a Indonésia, Haiti, Coréia do Norte, Colômbia, entre outros. Gutman (2009) assevera que o uso do conceito de

"Estado Falido" no debate estadunidense - tanto no meio acadêmico quanto jornalístico - se dá por um processo no qual é constante a invenção de termos para descrever os atributos de governos de países em desenvolvimento como democracias "defeituosas", "atípicas", "sumárias" ou "imperfeitas". A noção de deficiência é o parâmetro analítico, inclusive com charges em jornais, como no exemplo das eleições de Hugo Chávez para a presidência da Venezuela e na reeleição de Alberto Fujimori, no Peru, em 2000.

Para Call (2008), o conceito deve ser abandonado devido à sua imprecisão analítica, exceto em casos onde faça referência a Estados efetivamente colapsados, em que não há reconhecimento de autoridade, interna e externamente. De forma que, se há um amplo uso político dessa categoria, com a inclusão do México a partir de falas públicas de presidentes como Evo Morales e José Mujica e mesmo do papa Francisco II, sustentamos que a mesma não passa de uma acusação política, e não analítica³. Isso se deve à falta de

³Em 2014, tanto Evo Morales quanto José Mujica, presidentes respectivamente da Bolívia e do Uruguai, fizeram menção ao México como um Estado Falido. Já o Papa Francisco, em 2015, deflagrou uma polêmica diplomática ao mencionar seu temor de que a Argentina se "mexicanizasse", uma clara alusão à violência no país. Fonte: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150224_papa_mexicanizacao_argentina_fn

operacionalização precisa do significado do conceito de Estado falido, nas definições mais aceitas do termo. Salvo possíveis exceções existentes em pesquisas quantitativas, a aplicação dos critérios que definem a inclusão de um Estado como falido - ou não - ficam a critério do julgador, seja ele político, jornalista ou mesmo acadêmico. Passaremos, portanto, às consequências políticas do uso indiscriminado do “Estado Falido”.

Os ecos da guerra às drogas e a Iniciativa Mérida: exemplo de consequência política da noção de “Estado Falido”

Menos por adesão ao conceito e mais em função da razoável aceitação, nos círculos acadêmicos (por exemplo, Grayson, 2010; Krasner e Pascual, 2005) e políticos mundiais, de que o México se encontra em vias de se tornar Estado Falido, escolhemos este país para este estudo de caso. Neste abordamos fenômenos societários importantes nesse país, que poderiam estar relacionados à patente falência estatal indicada por distintos atores.

Cabe ressaltar a importância de analisar a política de guerra às drogas, intensificada em 2006 no governo de Felipe Calderón e aplicada cabalmente

pelo atual presidente Enrique Peña Nieto⁴. A Iniciativa Mérida (2007-2014), chamada pelo congresso dos Estados Unidos da América (EUA) de *Prosperous and Secure Neighbor Alliance Act of 2007*, foi um acordo de cooperação securitária entre os EUA e o México visando o combate ao tráfico de drogas, crime organizado transnacional e lavagem de dinheiro. As ações previstas incluíam treinamento, fornecimento de equipamentos e inteligência.

É possível apontar diversos elementos de semelhança da Iniciativa com a estratégia adotada no Plano Colômbia. Naquele país, tal plano visava empreender maciça repressão ao narcotráfico e o resultado foram mortes, diversas violações aos direitos humanos e os desaparecimentos sendo elencados como mecanismos habituais para garantir a “paz social”, que neste caso, não significa outra senão a garantia acumulação de capital sem maiores impedimentos (Borba, 2011). Também conhecida pela alcunha de “Plano México”, em um paralelismo semântico com o “Plano Colômbia”, acordo de

⁴Aqui, tomamos apenas o processo pelo qual a espiral de violência apresenta-se de forma mais intensa e recente. Historicamente, entretanto o combate militarizado ao tráfico de drogas é realizado desde os governos De La Madrid (1982-1988) e Salinas de Gortari (1988-1994), quando os EUA influenciaram aquele país a aderir à “Guerra às Drogas” declarada pelo presidente estadunidense Richard Nixon (Rodrigues, 2012).

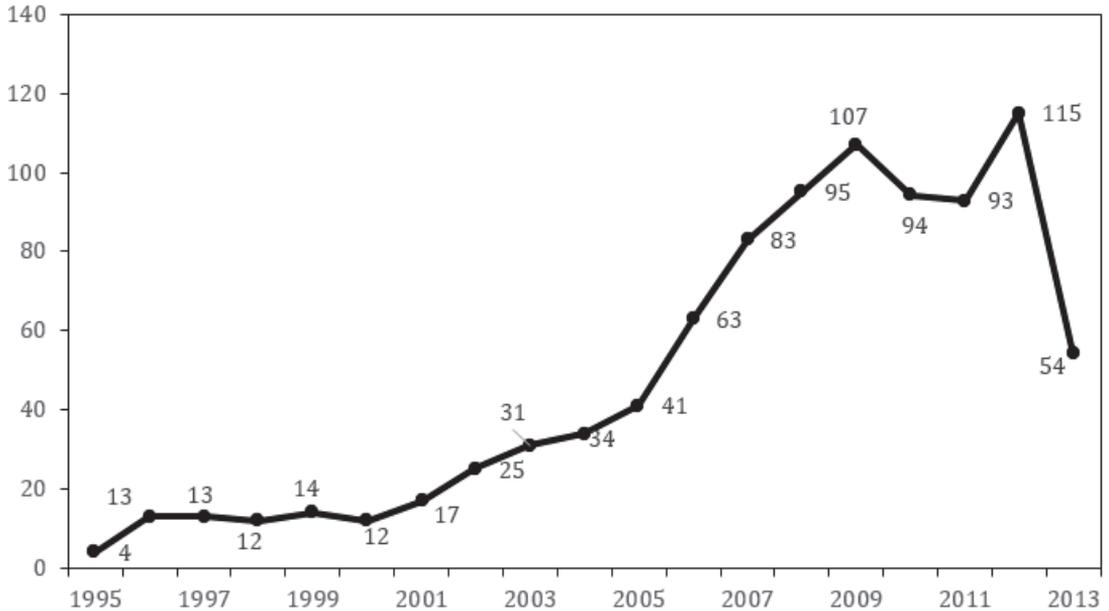
cooperação implementado pelo México com os EUA, tinha escopo em similar e também aderiria fortemente a lógica de “Guerra às Drogas” (Idem, 2012). Tais ações, em especial aquelas que contam com apoio internacional, argumentamos aqui, embasam-se na inclusão do México no *hall* de Estados falidos.

É necessário entender que um programa de cooperação cujos pilares sejam tão generalistas como desmantelar grupos de crime organizado, fortalecer instituições, construir uma “fronteira do século XXI” e “construir comunidades fortes e resilientes”; congrega ajuda militar tradicional e ajuda para diversos projetos passíveis de enquadramento na “Iniciativa Mérida”. Esta cooperação está subordinada aos interesses estratégicos e de segurança do doador (EUA), mormente o do não-transbordamento da violência relacionada ao narcotráfico, e aos interesses de agenda política do governo recipiente – então capitaneado por Felipe Calderón e seu projeto de militarização de combate ao narcotráfico bem como de estreitamento de laços com os EUA, maior parceiro comercial do México.

O gráfico 1 e a tabela 1 demonstram alguns aspectos da Iniciativa Mérida, a qual perdura durante o governo de Enrique Peña Nieto. Quanto ao número

de indivíduos mexicanos extraditados para os EUA, os números demonstram uma crença de ambos os governos na ineficiência do Estado mexicano em aplicar penas aos seus próprios cidadãos. Por exemplo, em 2012 o governo de Calderón enviou 115 indivíduos ao EUA para julgamento. O primeiro ano do governo Peña Nieto apresenta redução deste número para 54. É necessário ter em mente que um dos objetivos da Iniciativa Mérida é, precisamente, criar de um sistema penal mexicano capaz de aplicar penas aos narcotraficantes. Assim, foram criadas, com financiamento estadunidense, prisões e instituições de treinamento para agentes públicos na área de segurança e o país passou por um amplo processo de reforma no sistema judicial. O próprio governo mexicano reduziu o número de extradições por discordar dos métodos estadunidenses de execução penal, mas há nova tendência de aumento com o emblemático caso do narcotraficante “El Chapo”Guzmán.

Ainda assim, relatos de especialistas (Azaola e Bergman, 2007) afirmam que 41,3% da população carcerária no país nunca esteve diante de um juiz durante seus processos.

Gráfico 1 - Indivíduos Extraditados do México para os EUA (1995-2013)


Fonte: Seelke; Finlea, 2014, p.27. Elaboração própria.

A tabela 1 abaixo evidencia o aporte de recursos estadunidenses à Iniciativa Mérida. Além da obviedade de uma alta cifra voltada para “*International Narcotics Control and Law Enforcement*” (INCLE), cabe destacar o elevado valor para “*Foreign Military Funding*” (FMF) em 2008 e 2009, no governo Calderón. Esses recursos foram utilizados para a compra de equipamentos para as forças armadas mexicanas, inseridas num processo de militarização do combate ao

narcotráfico. Para o governo de Peña Nieto, chama a atenção o crescimento dos recursos destinados a “*International Military Education and Training*” (IMET), o que permite inferir que o padrão da cooperação mudou rumo ao investimento no treinamento dos agentes de segurança, sob a lógica militarizada do combate ao narcotráfico. A capacidade letal instalada, devido ao volume de investimentos anteriores, atingiu níveis elevados.

Tabela 1 - Investimentos da Iniciativa Mérida (2007-2015)⁵

Programa/Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
INCLE	36,7	241,2	454	365	117	248,5	195,1	148,1	80
ESF	11,4	34,7	15	15	18	33,3	32,1	46,1	35
FMF	0	116,5	299	5,3	8	7	6,6	7	5
IMET	0,1	0,4	0,8	1	1	1	1,2	1,4	1,5
NADR	1,3	1,4	3,9	3,9	5,7	5,4	3,8	3,9	2,9
GHCS	3,7	2,7	2,9	3,5	3,5	1	0	0	0
DA	12,3	8,2	11,2	10	25	33,4	26,2	0	12,5
Total	65,4	405,9	786,8	403,7	178,2	329,6	265	206,5	136,9

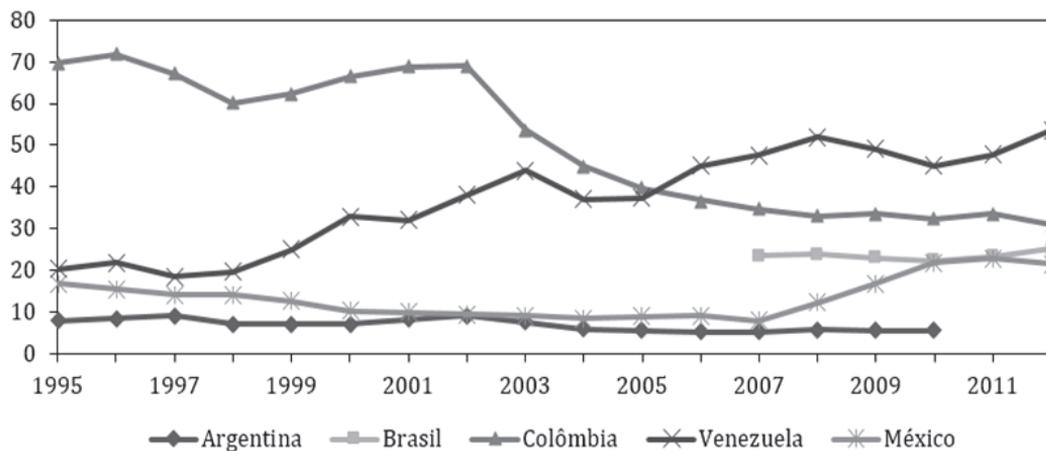
Fonte: Seelke; Finlea, 2014, p.36

Analistas deveriam evitar o uso acrítico do conceito de “Estado Falido” para se referir ao caso mexicano, conforme propõem Kenny e Serrano (2012). Apesar do caráter onipresente da violência nesse país, verifica-se um número mais alto de assassinatos precisamente em áreas onde a presença das forças governamentais - em especial o Exército - é mais expressiva. O argumento destes autores é que o

México e outros Estados latino-americanos não são “falidos” e, sim, experimentam um processo de crescimento da violência por crimes. De forma ilustrativa, o gráfico 2 coloca, em perspectiva comparada, o número de homicídios no México vis-à-vis outros países latino-americanos. Ressalte-se o crescimento da taxa de homicídios, no México, a partir de 2007, no governo Calderón.

⁵ Dados em milhões de dólares. O valor para 2015 é aquele requisitado ao Congresso e o valor para 2014 é uma estimativa dos autores do levantamento. Legenda: GHCS=Global Health and Child Survival; DA=Development Assistance; ESF=Economic Support Fund; FMF=Foreign Military Financing; IMET=International Military Education and Training; INCLE=International Narcotics Control and Law Enforcement; NADR=Non-proliferation, Anti-terrorism and Related Programs

Gráfico 2 - Número de homicídios dolosos por 100000 pessoas e países latino-americanos selecionados (1995-2012)⁶



Fonte: World Bank (2014), Elaboração própria.

Outro caráter que deve ser levado em consideração é certo endosso à cultura da violência por parte da população, que, imbuída do discurso de combate às drogas e à impunidade, em grande medida por sofrer com a alta sensação de insegurança, afiança o discurso da militarização da segurança pública. Na seção seguinte, tecemos uma análise mais detida nas reações da sociedade mexicana à ação violenta estatal, pertinente à discussão sobre Estados

falidos, na medida em que há um alto contingente populacional que reivindica várias demandas, sobretudo nos protestos do começo do século XXI, contra o excesso de violência estatal a sua falência.

A sociedade (mexicana) contra o Estado

Os recentes acontecimentos na escola Ayotzinapa, em Iguala, Guerrero, expuseram demandas da população mexicana contra a violência estatal, reivindicando as categorias de “terrorismo de Estado” e “violência estatal”, junto ao emblemático ressurgimento do “Estado Falido” como categoria acusatória, especificamente nesse caso. Assim, o desaparecimento

⁶ Conforme afirma o texto explicativo da base de dados consultada, homicídios dolosos são estimativas de homicídios ilegais infligidos propositadamente como resultado de conflitos domésticos, violência interpessoal, conflitos violentos causados pela disputa de recursos da terra, violência entre grupos em disputa por domínio ou controle de território e a violência predatória e assassinatos cometidos por grupos armados.

dos 43 estudantes, se considerado como parte de uma estratégia de repressão aos movimentos sociais que encontra ecos históricos em matanças anteriores ocorridos no México, em que ressaltamos os massacres de Aguas Blancas, Guerrero (1995) e Acteal, Chiapas (1997), não inaugura uma tendência, mas confirma os excessos da repressão estatal nesse país.

Além disso, de acordo com o trabalho etnográfico realizado em algumas cidades da região da Montaña, Guerrero e na Cidade do México, entre 2014 e 2015⁷, há uma percepção compartilhada nas manifestações recentes que alastraram o país sobre um descrédito das instituições mexicanas⁸, que ainda que coincidam com critérios convergentes estabelecidos pelo Fragile States Index, não necessariamente implicam na falência ou fragilidade desse.

Dessa maneira, além de participantes de manifestações populares, observamos atores da área de segurança no país

aderindo ao conceito de Estado Falido. O presidente do Conselho Cidadão para a Segurança Pública e Justiça Penal, José Antonio Ortega Sanchez, por exemplo, afirma que o aumento do índice de homicídios no governo Peña Nieto comprovaria a tese de que o México se enquadraria nessa definição. O escritor mexicano Javier Sicilia, cujo filho foi morto junto a outras seis pessoas em 2011, no estado de Morelos, pelas mãos dos narcotraficantes na região⁹, também faz uso dessa tipologia, criticando o Estado mexicano pela impunidade e as violações aos direitos humanos.

Em que pese a polissemia do conceito de Estado Falido, seu uso tem sido reivindicado por distintos grupos, com interesses políticos diversos. As crescentes *autodefensas* comunitárias nos estados de Guerrero, Michoacán e outras áreas do país, por exemplo, fazem uso da retórica da sensação de insegurança, alegando a ausência de Estado (Velásquez, 2014) e a necessidade de resposta própria, para reafirmar a falência estatal do México.

⁷A região da Montaña é parte do trabalho de tese de doutorado uma das autoras, escolhidas como território para a análise de interações entre distintos atores locais e sua influência na militância juvenil na região

⁸Corroborada pelo *Global Attitudes & Trends*, do Pew Research Institute (Cuddington; Wyke, 2015). Em 2015, ano mais recente disponível, instituições como os Militares e a Polícia possuem a mais baixa taxa de apoio da população (desde 2002), respectivamente 61% e 27%. O governo nacional, o sistema judicial e o congresso também possuem taxas reduzidas de apoio, respectivamente 54%, 34% e 28%.

⁹O poeta e escritor Javier Sicilia se referiu ao México como um estado falido em algumas ocasiões, como em texto de sua autoria na revista semanal Proceso, de setembro de 2014. Ver: <http://www.proceso.com.mx/?p=383749>. Acesso em julho/2015.

Ainda assim, a realidade observada em campo demonstra que outras categorias facilmente depreendidas das manifestações da sociedade civil à luz dos acontecimentos recentes em Guerrero, mas que apontam para fenômenos mais antigos, como: um apartidarismo movimentalista, no qual parecem predominar a auto-organização dos manifestantes, o uso à exaustão de categorias como “desaparecimento forçado” e “violência do Estado” e uma desconfiança dos partidos políticos.

Não é incomum escutar uma grande parcela da população mexicana mencionando sua desconfiança frente às instituições estatais e ao governo federal, parte de um processo de descrédito complexo, mas cujas origens podem ser traçadas a uma ampla história de traições de líderes sociais. A Revolução Mexicana (1910-1917) serve como um exemplo desse descrédito institucional, pelas circunstâncias da morte de Emiliano Zapata, um de seus líderes em uma emboscada, em 1917. A criação do Partido Revolucionário Institucional (PRI), pouco depois em 1929, em certa medida institucionalizou a busca por poder dos caciques e elites locais, em um giro à direita após o período revolucionário, que logrou-se manter no poder por quase oitenta anos, de forma ininterrupta. Some-se a isso os escândalos contemporâneos envolvendo

membros do PRI, que incluem compras de voto, corrupção e até assassinato de opositores políticos, elementos que aumentam a descrença dos sujeitos nos processos institucionais.

Ademais, há uma desconfiança do presidente atual, sendo um dos efeitos observados após os eventos em Ayotzinapa - mas que não se iniciou nele - a queda de sua popularidade. Enrique Peña Neto, eleito em 2012, tem sofrido um desgaste político notadamente após as propostas de reformas iniciadas no ano de 2013.

Cerca de 48% da população possui uma imagem negativa a seu respeito, segundo o *Pew Research Center* (2014), descontando a avaliação do desgaste presidencial com as notícias dos massacres recentes. Ademais, desde as reformas energética e educacional, iniciou-se um movimento de questionamento sistemático de sua habilidade de governar o país. Alguns jornalistas¹⁰, por sua vez, iniciaram um pedido de renúncia do presidente, a despeito de sua relativa blindagem

¹⁰Encabeçados pelo jornalista Jorge Ramos Avalos, do noticiário baseado nos Estados Unidos Univision, que lançou um manifesto <http://www.univision.com/noticias/la-renuncia-de-pena-nieto>, amplamente divulgado e apoiado pelos meios alternativos, como a Revista Proceso.

midiática, por conta do conluio PRI e Televisa¹¹.

Além disso, alguns escândalos já despontavam desde o início de seu mandato, aguçando um desgaste iniciado após a sua eleição, sob a qual denunciaram distintos processos fraudulentos. Desde 2012, igualmente, o movimento estudantil #YoSoy132¹² iniciou uma ampla discussão do monopólio midiático da Televisa, suspeita de favorecimento do presidente, tal como um monitoramento e denúncia dos processos eleitorais.

Parte desse desgaste deve-se ao aumento no número de mortes relativas à Guerra às Drogas, desde o governo Calderón, em 2006, que girava em torno de 60 mil pessoas, mas que desde o início do sexênio de Peña Nieto (2012), já alcançou o impressionante índice de 70 mil. Nessa *guerra*, são igualmente altas as taxas de desapareções forçadas e o envolvimento de membros das forças de segurança e delinquência organizada envolvidos. Segundo o relatório da Organização Não-Governamental

Human Rights Watch (2013, p.17), ocorreram 249 desaparecimentos no México entre Dezembro de 2006 e, em 149 desses havia evidências de envolvimento de agentes estatais nos crimes direta ou indiretamente.

Finalmente, a referência a Clastres (2003) não é inoportuna, mas relativa a um acionamento efetivo da relação de poder que auxilia o entendimento da desgastada relação dos mexicanos com as instituições estatais. Os altos índices de encarceramentos sem provas, julgamentos sem direito a juízes e prisões sem ordem de apreensão, exemplificam esse ponto. Segundo Azaola e Bergman (2007) 44% dos presos no país estão à espera de um julgamento, além do número de detentos ter duplicado nos últimos dez anos, já atingindo o número de 245 presos para cada 100 mil habitantes em 2006, uma das mais altas na América Latina.

Considerações Finais

Pela observação da espiral de violência ocorrendo no México - evidenciada pela questão das *autodefensas* e pelo massacre de estudantes ocorrido em setembro de 2014 -, a crítica à postura do Estado mexicano torna-se, senão óbvia, necessária. Argumentamos, entretanto, que esta crítica não pode ser realizada tratando este país com a categoria politicamente orientada de

¹¹Televisa, principal companhia televisiva Mexicana, parte do duopólio midiático que inclui a TV Azteca, amplamente criticados por grande parte da população mexicana por seus acordos com o PRI, e pela parcialidade das notícias veiculadas.

¹²O movimento #YoSoy132, iniciado pelos estudantes mexicanos a partir da eleição de Enrique Peña Nieto, em 2012, que buscava uma democratização dos meios de comunicação e segue ativo no país, até o ano de 2015.

Estado Falido. Tal conceito, além de impreciso, é permeado de significados e intenções políticas, em especial aqueles relativos aos interesses da política exterior estadunidense: o uso político do tratamento do México enquanto um Estado falido reflete-se na iniciativa de cooperação securitária “Iniciativa Mérida”, colaboradora da espiral de violência mexicana.

Argumentamos que não o que há, neste caso, não é um Estado Falido *per se*, e sim excesso de seu componente violento, numa dinâmica que legitima mecanismos e práticas diárias de exceção (Agambem, 2004). A literatura de relações internacionais trataria essa temática como a incorporação da retórica de ameaças à agenda diária dos Estados (BIGO, 2008). Conceitualmente, para investigações futuras, é mais interessante se valer destas perspectivas teóricas que buscam observar os processos pelos quais se dão construção das práticas diárias da exceção, em detrimento da adesão acrítica a conceitos como o de "Estado Falido".

Incluir Estados com estruturas burocráticas e de aplicação da violência relativamente bem consolidadas - mas com cenários de elevada violência estatal- na categoria “Estados falidos” é, portanto, um equívoco analítico com

sérias implicações políticas. Procedimentos assim colaboram para uma legitimação intelectual de intervenções externas e mesmo de mecanismos que perpetuam a espiral de violência como a cooperação securitária internacional aos moldes da Iniciativa Mérida.

Em que pese o persistente uso da categoria de “Estados falidos” para incluir países com situações de violência endêmica, como México e Brasil, é necessário repensar sua utilização, em especial quando do possível enquadramento estatal em casos sem o efetivo colapso governamental. Para o caso mexicano, o equívoco analítico que pressupõe o vazio estatal é grave, pois negligência que o que ocorre desde 2006 é um excesso de Estado, notadamente suas forças repressivas, resultando em distintos episódios de violência estatal pelo país. Ademais, conforme observamos no trabalho de campo realizado na Montaña de Guerrero, o conceito de “Estado falido” é politicamente mobilizado por atores - políticos e acadêmicos buscando a desqualificação de certos Estados - e por setores mobilizados, acusando a violência estatal, o que não o torna uma categoria explicativa.

Referências

Agamben, G. (2004). *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Azaola, E.; Bergman, M. (2007). “De mal en peor: las condiciones de vida en las cárceles mexicanas”. *Nueva Sociedad* No 208, marzo-abril de 2007, ISSN: 0251-3552

Bigo, D. (2008). ‘Globalized (in)security: The field and the ban-opticon’, in: Bigo, D.; Tsoukala, A. (Ed.). *Terror, Insecurity and Liberty: Illiberal practices of liberal regimes after 9/11*. London: Routledge, pp.10-48.

Borba, P. (2011). “Estrutura e Conjuntura no Conflito Mexicano: uma interpretação alternativa a violência relacionada ao narcotráfico”. *Revista Conjuntura Austral*, v. 2, n. 6.

Call, C. (2008). “The Fallacy of the «Failed State»”, *Third World Quarterly*, vol. 29, n. 8.

Clastres, P. (2003). ‘A sociedade contra o Estado’, in: *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify.

Cuddington, D.; Wike, R. (2015). ‘Declining Ratings for Mexico’s Peña Nieto’. *Pew Research Center*, pp. 1–5, [online]. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2015/08/27/declining-ratings-for-mexicos-pena-nieto/>>. [Acesso em: 5 Jun. 2016]

Easterly, W.; Freschi, L. (2010). Top 5 reasons why “failed state” is a failed concept. *Aid Watch*. Disponível em: <<http://aidwatchers.com/2010/01/top-5-reasons-why-“failed-state”-is-a-failed-concept/>>. [Acesso em: 03 Nov. 2014]

FFP. (2014). *Fragile States Index*. The Fund for Peace. Disponível em: <<http://ffp.statesindex.org/a-z>>. [Acesso em: 29 Out. 2015]

Friedman, G. (2008). ‘Mexico: On the Road to a Failed State?’. *Stratfor*, May 13.

Fukuyama, F. (2005). *Nation-Building: Beyond Afghanistan and Iraq*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

- _____. (2011). *The Origins of Political Order: From Prehuman Times to the French Revolution*. Farrar, Straus and Giroux.
- Gaona, H. T. (2008). 'Ciudadanos, confianza institucional y cultura', in: Domingo, Pablo C. *Procesos políticos contemporaneos*. México, D.F: Miguel Angel Porrúa.
- Grayson, G.W. (2010). *Mexico: Narco-Violence and a Failed State?*. New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers.
- Kaplan, S.D. (2008). *Fixing fragile states: a new paradigm for development*. Westport: Praeger Security International.
- Krasner, S.; Pascual, A. (2005). 'Addressing state failure', *Foreign Affairs*, 84(4), p.155.
- Kenny, P.; Serrano, M. (2012). 'Introduction: Security Failure Versus State Failure', in: Kenny, P.; Serrano, M.; Sotomayor, A. (orgs.). *Mexico Security Failure: Collapse into Criminal Violence*. New York: Routledge, pp.1-26.
- Lipset, S.M. (1959). 'Some Social Requisites of Democracy: Economic Development and Political Legitimacy', *The American Political Science Review*, 53(1), pp. 69–105.
- Rodrigues, T.M. de S. (2012). 'Narcotráfico e militarização nas Américas: vício de guerra'. *Contexto Internacional*, v. 34, pp. 09-41.
- Rotberg, R.I. (2003). *State Failure and State Weakness in a Time of Terror*. Washington, D.C.: Brookings Institution.
- Seelke, C.R.; Finklea, K. (2014). *U.S. -Mexican Security Cooperation: The Mérida Initiative and Beyond*, Washington, D.C.: Congressional Research Service.
- Weber, M. (2013). 'A Política como vocação. A ciência como vocação', in: Botelho, A. (Org.). *Essencial Sociologia*. 1. ed. São Paulo: Penguin/Companhia das Letras.
- World Bank. (2014). *World DataBank*. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. [Acesso em: 17 Nov. 2014]